

## OAB vai ao TRE para reivindicar

DA ASSESSORIA

A definição de procedimentos de modo a não prejudicar os advogados e seus clientes no período eleitoral, a adequação da estrutura da Justiça Eleitoral, entre outras reivindicações, foram apresentadas pelo presidente da OAB/MT, Cláudio Stábil Ribeiro, ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Rui Ramos Ribeiro, por meio de um ofício protocolizado nesta sexta-feira.

Stábil ressaltou algumas preocupações de advogados militantes na área que chegaram à Diretoria da Seccional e para tanto requereu inicialmente a definição da forma de todas as intimações se via fax ou por email já que uma das práticas utilizadas é a afixação no mural dos cartórios eleitorais e do Tribunal. Destacou que para cumprimento do princípio da segurança jurídica, se persistir essa forma de intimação "que seja fixado limite de horário no dia, para que não ocorra prejuízo ao advogado e ao jurisdicionado quando feita no último minuto do expediente, considerando-se o exíguo prazo no processo eleitoral".

O respeito às prerrogativas dos advogados no que tange ao acesso, vista, carga e extração de cópias dos autos também foi solicitado ao TRE/MT em cumprimento ao Estatuto da Advocacia e da OAB; além da disponibilização no portal do Tribunal dos textos integrais das decisões e acórdãos, como já existe em outros tribunais e não apenas a ementa.

O presidente da OAB/MT também buscou a definição dos meios de fiscalização da propaganda antecipada ou irregular na internet, especialmente nas mídias sociais; a definição de vagas de estacionamento para automóveis conduzidos por advogados, já que a sede do TRE/MT está em reforma e a "readequação das precárias instalações da sede da Central de Atendimento ao Eleitor de Várzea Grande e 58ª Zona Eleitoral de Várzea Grande, com mais iluminação e policiamento, não apenas mais segurança armada".

## CASO LAND ROVER ▶ Mesmo com liminar negada, Bertolucci dá andamento à ação civil

# Juiz notifica empresa

SONIA FIORI  
DA REDAÇÃO

Juiz Aparecido Bertolucci Júnior, da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular, deu andamento à ação por improbidade administrativa interposta pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra a Global Tech, o ex-presidente da extinta Agecopa, hoje Secopa, Eder Moraes, ex-diretores da agência e sócios da empresa, que visa ressarcir os cofres públicos em R\$ 2,1 milhões. Expediu notificação a todos os envolvidos, no processo que teve liminar negada no pedido para bloqueio

de bens e quebra de sigilo fiscal e financeiro. Existe tendência na Justiça de impedir que o Estado sofra prejuízos, com possibilidade de condenação dos envolvidos.

Como consta no endereço eletrônico da Justiça, foram expedidas notificações para a Global Tech, responsável pelo contrato com a extinta Agecopa, pelo valor total de R\$ 14,1 milhões, para aquisição em 2011, de 10 veículos Land Rover Defender, equipados de conjuntos de monitoramento de fronteira. Contrato foi cancelado por determinação do governador Silval Barbosa (PMDB) em novembro do ano passado, após A Gazeta divulgar com

exclusividade supostas irregularidades nos procedimentos. Um dos pontos mais questionados pelo promotor de Justiça, Clóvis de Almeida Júnior, se refere ao fato da "dispensa de licitação" para aquisição dos produtos, oriundos da Rússia, por meio da empresa Gorizont, que mantém negócios com o Grupo Elite, de Brasília, que selou parceria com o governo de Mato Grosso, instalando em Cuiabá sede da empresa, a Global Tech.

O valor de R\$ 2,1 milhões, foco da ação que paira sob cuidados do juiz Aparecido Bertolucci, é alvo de investigações e ponto de discussões. O montante, repassado pela Agecopa

à Global, se tornaria irregular se mantido como "caução". A empresa rebate os questionamentos assegurando que o valor se deu em negociação de repasse da primeira parcela, e que a garantia dada teria sido de R\$ 140 mil, como prevê a legislação. Por conta do impasse, a empresa também requer na Justiça o direito de reatar o contrato, que sofreu fraude segundo investigações do MP.

As notificações atingem o diretor do Elite, Guilherme Nascentes Carvalho e os sócios da empresa, Adhemar Luiz de Carvalho Lima e Carlos Alberto Pereira Leonel Marsiglia, além de Eder, deverão se pronunciar para defesa, em prazo de 15 dias a contar da data da notificação perante a Justiça, ex-diretores da Agecopa, como Yênes de Magalhães e Jefferson Carlos de Castro Ferreira Júnior.

Recentemente Eder Moraes, que deixou o comando da Secopa em abril deste ano, disse que não teme o processo em razão de todos os procedimentos terem sido realizados dentro das normas da legalidade. Destacou ainda que todas as ações foram executadas com aval do governo do Estado e da Procuradoria Geral do Estado (PGE). No período da realização do contrato, Eder assegurava a lisura dos atos seguindo a dispensa de licitação com base no regime de inexigibilidade, com argumento de que os produtos contratados eram específicos e de tecnologia de ponta, não sendo encontrados no mercado brasileiro. Assessoria jurídica da Global Tech não se manifestou.



Otmir de Oliveira

Ministério Público pediu, mas não conseguiu bloqueio de bens de empresários da Global Tech e do ex-secretário da Secopa Eder Moraes



**Negociações ganharam corpo em visita de comitiva de MT à Rússia, em julho de 2011**

## PRAZOS ELEITORAIS ▶

# Mato Grosso quer evitar atropelos

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

O governador Silval Barbosa (PMDB) se reuniu com os secretários dos Conselho de Desenvolvimento Econômico Social - Condes (área econômica) e com os secretários de Cidades, Gonçalo Aparecido de Barros e de Transportes e Pavimentação Urbana, Arnaldo Alves de Souza para traçar com urgência e implementação dos R\$ 2,2 bilhões previstos para serem liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para obras viárias, como pavimentação de novas rodovias, recuperação de pavimentos já existentes, pontes de concreto e recuperação de pontes.

"Temos que acelerar os pre-

parativos para termos acesso ainda neste ano à parte destes recursos que são do MT Integrado que é a pavimentação entre todos os municípios com a Capital, Cuiabá no valor estimado de R\$ 1,5 bilhão já aprovados e prontos para serem contratados e outros R\$ 750 milhões para pontos e recuperação de rodovias já pavimentadas", disse o governador cobrando dos auxiliares que acelerem os projetos para evitar que o processo eleitoral se torne um impeditivo de seis meses.

"O governador está preocupado com os efeitos do período eleitoral onde as coisas praticamente ficam estagnadas no poder público. Não podemos e não temos como perder todo este número de dias", disse o secretário de Cidades, Gonçalo de Barros sinalizando que em

reunião com o secretário Arnaldo Alves Souza de Transportes ficaram traçadas metas para serem cumpridas ainda neste ano de 2012.

O secretário de Fazenda, Marcel Souza de Cursi e de Planejamento, José Botelho do Prado pontuaram, juntamente com a Procuradoria Geral do Estado - PGE sinalizam que a parte burocrática está praticamente solucionada, aguardando apenas a sinalização final para que a operação seja efetivamente executada e o cronograma de desembolso de R\$ 500 milhões aconteça.

"O que nós tínhamos como antecipar já foi feito, tanto é que temos licitações concluídas aguardando apenas a definição dos recursos para que as ordens de serviços sejam dadas", disse Arnaldo Alves de Souza.



Lenine Martins/Secom-MT

Prioridade são obras de pavimentação asfáltica entre municípios com a Capital previstas no MT Integrado

## TRANSPORTE

# Governo anuncia nova licitação

SONIA FIORI  
DA REDAÇÃO

Vice-governador Chico Dalto (PSD) anunciou a realização de nova licitação para comprar "3 fases" dos 8 mercados que formam as linhas de transporte intermunicipal sob responsabilidade da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Ager). O novo certame visa suprir espaços em aberto no processo em andamento porque não atenderam às exigências do Estado em termos que propõem melhor qualidade dos serviços públicos oferecidos aos usuários. Dalto garante que o procedimento não irá prejudicar o quadro, considerando que é urgente o cumprimento das normas da Constituição Federal.

"Existe um esforço do governo para cumprir a legislação e colocar nos mercados empresas que se dispõem a realizar serviços com maior qualidade. O governo trabalhava com a possibilidade de não serem atendidas todas as exigências, que chegaram a ser questionadas. Mas a nova licitação é mais um passo para assegurar a reformulação do sistema, que está ultrapassado em com contratos precários", disse.

Por conta do desenho, Dalto e a equipe responsável na Ager, deram início aos estudos sobre os procedimentos que irão ocorrer após a conclusão da licitação em execução. Nesta semana foi publicado no Diário Oficial o resultado do julgamento e classificação das propostas comerciais. No total, 7 dos 8 mer-

cados e 9 dos 16 lotes tem empresas classificadas. Lotes da categoria básica do mercado 2, Rondonópolis e o 5, de Cáceres, não tiveram propostas. O mercado de Cuiabá não teve classificados na categoria 2. Empresas tem prazo de até 2 de agosto para apresentar recurso.

O edital, furto de questiona-

mentos por parte de deputados como Emanuel Pinheiro (PR), também passa por críticas de empresários. Vice-governador disse que as manifestações fazem parte do regime democrático e avisou: "o Estado não abre mão de colocar em prática o novo formato do sistema que será finalizado neste ano, se depender do governo".



Otmir de Oliveira

Segundo Dalto, governo se esforça para cumprir a legislação